



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006014-41.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **MARIA GEANE ALVES GUIMARÃES**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por **MARIA GEANE ALVES GUIMARÃES** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Sustenta que é deficiente visual, possuindo acuidade visual menor que 20/200 no melhor olho, sendo dependente de terceiros para sua locomoção. Relata ter adquirido o veículo VW/FOX HL MFV, ano fabricação/modelo 2016/2017, placa FOY-8464, RENA VAN 01107271875, que é conduzido por seu filho Carlos Eduardo Alves Guimarães Fontana exclusivamente para transportá-la em suas atividades diárias. Requer, a antecipação dos efeitos da tutela, para que seja determinada a imediata concessão da isenção do IPVA e, ao final, concessão definitiva da isenção do referido tributo.

Pela decisão de fls. 39/40 foi deferida a tutela provisória de urgência.

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 44/58). Alega, em síntese, que a legislação somente autoriza a isenção se o próprio deficiente for conduzir o automóvel, este por sua vez, é adaptado para tanto.

Houve réplica (fls. 63/67).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhimento.

A autora instrui a inicial com prova de que é deficiente visual, possuindo acuidade visual menor que 20/200 e, por óbvio, está impossibilitada de conduzir automóvel



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(fls. 27/29).

A negativa da Fazenda Pública, como se vê em suas razões (fls. 34/36), funda-se na circunstância de que, pela legislação local, a isenção somente seria admitida se o deficiente físico pessoalmente fosse conduzir o veículo, sendo este adaptado. Na literalidade da lei, o deficiente que será levado de um lugar a outro por acompanhante não teria o direito.

Todavia, como já salientado pelo Superior Tribunal de Justiça em exame de uma lei de Minas Gerais que continha restrição semelhante a do Estado de São Paulo, no tocante ao condicionamento da isenção aos deficientes-condutores: "A peculiaridade de que o veículo seja conduzido por terceira pessoa, que não o portador de deficiência física, não constitui óbice razoável ao gozo da isenção preconizada pela Lei n. 8.989/95, e, logicamente, não foi o intuito da lei" (REsp 523.971/MG, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, Segunda Turma, DJ 28/3/05).

Com efeito, por mais que o art. 111, II do Código Tributário Nacional estabeleça o cânone hermenêutico da interpretação literal para a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção, é certo que a norma infraconstitucional não pode levar a resultados inconstitucionais, e, no caso concreto, negar à autora a isenção é o mesmo que discriminá-la frente a outros portadores de necessidades especiais, sem que haja razão legítima para tal diferenciação, atingindo-se a garantia constitucional da igualdade tributária, inscrita no art. 150, II da Constituição Federal, segundo a qual o ente tributante não pode "instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente".

Ora, a discriminação positiva pretendida pelo legislador ao garantir a isenção ao portador de deficiência está amparada na deficiência mesma e busca facilitar ou viabilizar a aquisição, por tais pessoas, aos veículos automotores. O autor, assim como os outros portadores que, porém, ao contrário dele, podem também conduzir os automóveis, tem tanta necessidade do veículo como aqueles. A única diferença é que ele, não podendo conduzi-lo, conta com o auxílio de terceiro, circunstância irrelevante para fins de desigualação.

O cerne é que a competência tributária para estabelecer isenções, embora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

relativamente livre, não é arbitrária, sendo inadmissível a concessão da benesse a uns mas não a outros em situação equivalente.

Leciona a doutrina:

"Mas também o princípio da igualdade paira sobre as isenções tributárias.

De fato, elas devem alcançar, de modo isonômico, todos os que se encontram em situação juridicamente análoga (...) A nosso sentir, o Judiciário, em homenagem a esse princípio, deve, sempre que validamente provocado: a) anular uma isenção que privilegia apenas pessoas que se encontram e posição mais favorável (v.g., os grandes proprietários de terras); b) estender o benefício a contribuintes que se encontram em situação equivalente à dos isentos (v.g., os laringologistas, ainda que a lei isentiva favoreça expressamente aos pneumologistas); e c) estender o benefício aos que não foram alcançados pela isenção exclusivamente pela inércia das autoridades públicas (tal ocorreria se uma lei apenas isentasse do imposto específico contribuintes que, já tendo importado uma mercadoria, obtivessem o desembaraço aduaneiro até determinada data)." (CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 29ª Ed. Malheiros. São Paulo: 2013. pp. 987).

Tem-se a importância de investigar o comando inscrito no art. 13 da Lei nº 13.296/08 sob seu ângulo pragmático e, a esse propósito, segundo nos parece, a consequência pretendida somente pode ter sido a de evitar simulações e abusos que pudessem, no final das contas, viabilizar a outorga efetiva da isenção a quem, embora mantendo algum vínculo com um portador de deficiência, deste último se valesse para obter privilégio injusto. Não é o caso dos autos, no qual o autor argumenta e traz razoáveis elementos a indicar que efetivamente será o principal (se não o único) beneficiado pela isenção, não o condutor que o acompanhará.

Ademais, nessa seara em particular, nada foi alegado de concreto pela requerida no sentido de que estejamos diante de fraude praticada contra o fisco.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para, confirmada a antecipação da tutela de fls. 39/40, declarar a isenção de IPVA do veículo VW/FOX HL MFV, ano fabricação/modelo 2016/2017, placa FOY-8464, RENAVAL 01107271875 (fl.23), a partir de sua aquisição e enquanto a autora for a proprietária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A requerida é isenta de custas, nos termos da lei.

Condeno a Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

P.I.

São Carlos, 03 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**